

OPORTUNIDADES EFETIVAS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

MARCELO DE SOUSA MONTEIRO

Universidade de Fortaleza - UNIFOR
marcelomonteiro@edu.unifor.br

MARIA AURELINA FARIAS DE ARAUJO

Universidade de Fortaleza - UNIFOR
aurelinaf@hotmail.com

LUCAS DE SOUZA

Universidade de Fortaleza - UNIFOR
lucasdesouza.adm@gmail.com

Agradecemos ao Professor Dr. José Milton de Sousa Filho.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

OPORTUNIDADES EFETIVAS DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

RESUMO

Diante da atuação empresarial com a perspectiva de investimento social privado, o artigo propõe a definição de critérios que estabeleçam oportunidades efetivas com base nas informações dos municípios do Estado do Ceará, no Brasil. A abordagem metodológica consiste na análise quantitativa de indicadores sociais, por meio da estatística descritiva e da correlação de Pearson (r). Ao utilizar variáveis obtidas nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos de 1991, 2000 e 2010, foram evidenciadas oportunidades efetivas para o desenvolvimento de ações de saneamento e educação.

PALAVRAS-CHAVE: Investimento. Social. Indicadores.

ABSTRACT

In face of business activities with the prospect of social investment, the article proposes the definition of criteria to establish effective opportunities based on information from the municipalities of Ceara State, in Brazil. The methodological approach is the quantitative analysis of social indicators, with descriptive statistics and Pearson correlation (r). Using variables from the demographic census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, from 1991, 2000 and 2010 years, were identified real opportunities for the development of sanitation activities and education.

KEYWORDS: Investment. Social. Indicators.

INTRODUÇÃO

Por algum tempo imaginou-se que o crescimento econômico seria suficiente para que as sociedades ocidentais e orientais, desenvolvidas e subdesenvolvidas, atingissem o progresso e o desenvolvimento social e político (RATTNER, 1977). Ante a constatação de que o crescimento acelerado da economia não induziu necessariamente a uma maior equidade e justiça social, passou-se a buscar instrumentos alternativos para o alcance de uma sociedade justa, harmônica e equilibrada (RATTNER, 1977).

Nesse sentido, em sua atuação, as empresas têm adotado práticas que vão ao encontro dos interesses da sociedade, gerando riquezas e realizando ações estratégicas de responsabilidade social, buscando vantagem competitiva, ou ainda promovendo a aplicação direta de recursos, no que se denomina investimento social privado (ISP), definido como “o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público” (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009).

Assim, diante das possibilidades existentes para o planejamento de ações no campo social, questiona-se: Quais os fatores que podem gerar oportunidades efetivas para o investimento social corporativo no Estado do Ceará? A hipótese do artigo é de que, a partir da análise de um conjunto de variáveis municipais, as empresas podem identificar nos indicadores sociais os fatores críticos que mais impactam a efetividade dos investimentos sociais.

O objetivo geral do presente artigo é identificar as bases para construir um modelo de análise que contemple um conjunto de variáveis, utilizando dados dos municípios do Estado do Ceará obtidos a partir dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 1991, 2000 e 2010. Os objetivos específicos consistem em: (a) avaliar o comportamento dos indicadores sociais; (b) verificar a correlação entre as variáveis, a fim de se estabelecer as bases para elaborar um modelo que identifique as lacunas e as oportunidades que podem potencializar o investimento social corporativo no Estado em questão.

A relevância da pesquisa decorre da necessidade de se estabelecer focos e critérios objetivos para o planejamento das ações sociais corporativas, tais como os locais e os problemas a serem tratados (MACKE; CARRION; DILLY, 2010). Assim, será possível priorizar o direcionamento de recursos para as ações potencialmente efetivas, minimizando a pulverização de investimentos que prejudicam “a sustentabilidade das práticas e das soluções” (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009, p. 12).

O artigo está estruturado, além desta introdução, com o referencial teórico, abordando a responsabilidade social empresarial ou corporativa, a contextualização e as avaliações do investimento social privado e os indicadores sociais; com a metodologia, abordando as características da pesquisa, a correlação de Pearson (r) e a definição das variáveis; com a análise de resultados; e com a conclusão.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O mundo contemporâneo é marcado pelas interconexões entre as questões econômicas, sociais e ambientais e os seus reflexos nos negócios. Variados autores têm discutido o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e seus elementos estruturantes para a gestão da empresa (DE MENEZES et al., 2011).

As compreensões e os debates em torno do construto da RSC continuam atuais e relevantes nas esferas governamentais, acadêmicas e empresariais. Montiel (2008) afirma que as decisões de negócios envolvem entendimentos em torno de questões sociais e ambientais, ante os impactos que as organizações e suas ações exercem sobre o ambiente. Entretanto, a

RSC não é um assunto recente. Carroll (1999) sugere que preocupações em torno de questões da sociedade, demonstradas pela comunidade de negócios, podem ser visualizadas há séculos. No entanto, os trabalhos, as pesquisas formais e os debates mais estruturados sobre questões socioambientais são identificadas a partir da segunda metade do século XX (GARRIGA; MELÉ, 2004).

Carroll (1999) foi um dos teóricos que buscou evidenciar os diferentes momentos da RSC ao longo do tempo, pesquisando os aspectos e as definições relativas à RSC a partir dos anos 1950 até os anos 1990 do século XX. Carroll (1999) evidencia que nos anos 50 deu-se o surgimento da era moderna da RSC, momento no qual surgem os trabalhos seminais sobre esse assunto, com maior ênfase à produção norte-americana. Já nos anos 60 ocorreu a expansão dos entendimentos acerca da RSC, enfocando, sobretudo, as posturas que uma organização deve apresentar perante a sociedade (CARROLL, 1999).

Os anos 70 e 80, entretanto, representam os períodos de destaque para os conceitos e entendimentos do campo da responsabilidade corporativa (MONTIEL, 2008). Carroll (1999) evidencia que nos anos 70 se constatou uma preocupação maior com a obrigação moral que uma organização possui em contribuir para o alcance do progresso social, bem como no surgimento de preocupações referentes à filantropia corporativa e das relações com a comunidade. Ainda nessa década, começam a ganhar corpo as preocupações com a responsabilidade ética das organizações com a sociedade, bem como novos conceitos acerca, por exemplo, da performance social corporativa e das suas formas de mensuração (CARROLL, 1999).

Por sua vez, os anos 80, embora apresentando poucas definições novas, são caracterizados pela realização de mais pesquisas e, principalmente, pelo surgimento de temas alternativos como, por exemplo, ética de negócios, gestão de stakeholders, capacidade de resposta social das empresas, políticas públicas, dentre outros (CARROLL, 1999). Essa década, também, é marcada por estudos que buscaram demonstrar a conexão existente entre a RSC e a lucratividade, além de tentar aprofundar a compreensão da performance social corporativa (CARROLL, 1999). Por fim, nos anos 1990, embora a RSC permaneça como um construto central, base para os entendimentos gerais, o campo passa a transformá-lo e utilizá-lo para a formulação de temas alternativos (CARROLL, 1999).

Diante da sua evolução, era natural que a RSC apresentasse variadas definições e conclusões, as quais refletem em cada momento histórico específico. Nesse sentido, Garriga e Melé (2004) argumentam que a RSC tornou-se um campo permeado de definições e entendimentos diferentes, complexos, não claros e até mesmo, controversos, identificando quatro grupos teóricos, quais sejam: (a) as teorias instrumentais, que compreendem a organização como um instrumento para criação de riqueza, considerando somente os aspectos econômicos nas relações entre empresas e sociedade, uma vez que a atribuição social primordial dos negócios é gerar riqueza (FRIEDMAN, 2007); (b) teorias políticas, nas quais enfatiza-se que o poder das organizações frente à sociedade pode ser utilizado no campo da política para que a organização coopere com a sociedade; (c) teorias integrativas, as quais se fundamentam na atitude das organizações em buscar sanar questões sociais, uma vez que as empresas dependem da sociedade para sua continuidade e seu crescimento; (d) e as teorias éticas, fundamentadas na compreensão de que as relações entre empresa e sociedade são alicerçadas em valores éticos (GARRIGA; MELÉ, 2004).

De qualquer forma, independente do enquadramento ou entendimento teórico acerca da RSC, é possível constatar que a compreensão central gira em torno de aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e éticos (GARRIGA; MELÉ, 2004). Por serem agentes econômicos centrais do capitalismo (DA COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011), as empresas exercem ações que causam impactos e expectativas na sociedade. Desse modo, como evidencia Carroll (1999), o conceito de RSC ainda permanecerá como um construto de

destaque para as práticas de negócios, uma vez que as ações organizacionais continuarão existindo e, conseqüentemente, aumentando as expectativas da sociedade, sobretudo em relação aos impactos dessas ações.

Nesse sentido, diante dessas questões em torno da atuação das organizações, surgem novos modelos que buscam integrar ações empresariais com repercussão social, enquadrando-se nesse contexto as iniciativas de investimento social privado.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO EM TORNO DO CONCEITO DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

O termo investimento social privado (ISP), surgiu na segunda metade da década de 90, criado para designar um novo tipo de filantropia desenvolvida por empresas e cidadãos, evidenciando que essa década do século XX foi fértil para a criação e a ressignificação de conceitos ligados à área social (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009).

Milani Filho (2008) afirma que embora o conceito de ISP apresente diferentes interpretações, sua característica básica é a transferência voluntária de recursos de empresas privadas para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Ressalta que não se deve confundi-lo, por exemplo, com os projetos de Parceria Público-Privada (PPP), cujos contratos, quando firmados, preveem retorno financeiro para as empresas que investiram recursos em obras de interesse público. Para Zingano (2014) o ISP difere da filantropia tradicional, vinculada à caridade e ao assistencialismo. Carrion (2000) corrobora esse pensamento ao afirmar que o ISP se preocupa com o resultado, o impacto e o retorno do investimento, o que atribui ao empresário o papel de investidor social, bem diferente do papel de empresário filantropo.

Nogueira e Schommer (2009) afirmam que para entender melhor a definição de ISP descrita pelo GIFE se faz necessário compreender a reunião de três grandes aspectos norteadores do investimento social: a) origem dos recursos – que deve ser privada e de forma voluntária (diferente de outros tipos de investimentos, de origem compulsória); b) a forma de atuação – que deve ser planejada, monitorada e sistemática (buscando resultados, contrárias às práticas bem intencionadas mais voluntaristas e amadoras); c) a finalidade dos recursos – especialmente para atender a projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (acima de interesses privados).

Considerando a atuação das empresas na área social, Schommer (2000) afirma que esta acontece através de dois eixos principais: a) adotar comportamentos socialmente responsáveis – para exercer a cidadania enquanto relação de direitos e deveres para com todos de forma ética; b) investir recursos financeiros e competências – direcionadas às ações para a comunidade, seja através da criação de organizações específicas, fundações sociais ou institutos, seja no apoio a outras organizações voltadas ao social.

Em relação à seleção dos beneficiários de seus recursos, segundo Peliano (2001), as empresas definem suas prioridades em função do raio de abrangência de suas atividades econômicas, ou seja, preferem atuar em seu entorno, já que conhecem os problemas da comunidade onde estão inseridas; em seguida a seleção se baseia na qualidade dos serviços prestados por entidades que apóiam e por fim, a escolha também é influenciada pelo fato dos beneficiários serem clientes potenciais dos produtos que a empresa comercializa.

Desse modo, autores como Nogueira e Schommer (2009), Schommer (2000) e Zingano (2014), caracterizam o ISP como uma dimensão de RSE, que envolve diversos públicos em suas ações, como funcionários, fornecedores, clientes, acionistas e a comunidade. O ISP, portanto, tem como foco preferencial a comunidade e o interesse público e como tal vem assumindo um papel estratégico para a dinâmica empresarial. Desta forma, as ações sociais corporativas e o ISP, além de assumirem relevância para as empresas, também

conferem exemplos de boa cidadania e contribuem para a imagem e para o ganho de vantagem competitiva (ZINGANO, 2014).

AVALIAÇÕES DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Todo processo de avaliação deve ter etapas que contemplem: o planejamento, a execução, a análise e a divulgação de resultados. Destaque-se os principais itens identificados por Chianca et al. (2001): a) Planejamento – estudo da viabilidade; esclarecimento de objetivos da avaliação e análise; identificação e seleção de perguntas avaliativas; indicação de indicadores; seleção de fontes e métodos de informação; b) Execução da avaliação – atentar para aspectos políticos e éticos durante a avaliação, coleta de dados, teste dos instrumentos, capacitação dos profissionais que farão a coleta de dados; c) Análise dos resultados – esta fase envolve o manuseio e interpretação de dados, sejam quantitativos ou qualitativos; d) Divulgação e utilização dos resultados – elaboração de relatórios para cada público envolvido, contemplando a análise crítica de todo o processo com o objetivo de implementar melhorias.

Segundo Borba et al. (2003), os processos avaliativos devem apresentar uma abordagem que envolvam aspectos qualitativos e quantitativos. Os autores afirmam que os processos são enriquecidos quando há o envolvimento de todos os interessados e quando há uma preocupação em se criar um sistema diversificado de indicadores, reunindo conceitos, meios de coleta e diferentes responsáveis.

Para Coelho e Gonçalves (2007), a preocupação com o planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos é intrínseca ao conceito de ISP e como tal é um dos elementos fundamentais que o torna diferente de ações assistencialistas. Ressaltam que transformar em fato concreto o que foi planejado, apontando caminhos que possam construir valor para as empresas representa um dos principais desafios para a execução dos projetos sociais.

Neste aspecto, Peliano (2001) destaca que as empresas procuram saber onde investem seus recursos e os associam à necessidade das comunidades que serão atendidas. No entanto, apesar do esforço para utilizarem avaliações de forma racional, a ação social ainda é muito mais influenciada pelo conhecimento obtido em contatos diretos que por levantamentos estatísticos, daí a necessidade de se fazer avaliações de forma mais sistemática.

A pesquisa “Ação Social das Empresas” realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em 1998, com 1.752 empresas sediadas no sudeste, a partir da base de dados do cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), composto pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED), apresenta dados relativos às ações sociais que foram realizadas para atender as comunidades nas áreas de: assistência social, alimentação, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento comunitário, entre outras. Como resultado, foi constatado que poucos empresários percebem resultados econômicos em sua atuação no campo social. De acordo com a pesquisa, 61% dos empresários relatam retornos no campo das gratificações emocionais e pessoais, enquanto que apenas 12% declararam possuir avaliações documentadas das ações que realizam (PELIANO; BEGHIN, 2000).

Portanto, as empresas, embora realizando ações de ISP, carecem de avaliações, tanto para mensurar os resultados do ISP, quanto o impacto das políticas e ações sociais em seus empregados, clientes, fornecedores, comunidade e sociedade como um todo (BORGER, 2001). Além disso, faltam critérios objetivos para definir as oportunidades mais efetivas para o ISP e, conseqüentemente, para a organização, bem como faltam processos estruturados de avaliação acerca dos investimentos organizacionais que podem ser feitos.

INDICADORES SOCIAIS

O termo indicador deriva da palavra latina *indicare*, que significa tornar patente, revelar, demonstrar, denotar, expor (FERREIRA, 2004). De acordo com a Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o indicador é um parâmetro ou um valor derivado de parâmetros com informações sobre a situação de um fenômeno, com uma extensão significativa (VAN BELLEN, 2005). Especificamente, a construção e a utilização de indicadores socioeconômicos inserem-se numa visão funcionalista e evolucionista, que deposita todas as expectativas no planejamento como uma “panacéia para o processo de mudança social” (RATTNER, 1977).

O interesse específico da administração pública nos indicadores sociais decorre da necessidade de demonstrar as transformações sociais, buscando comprovar a eficácia e a efetividade de sua atuação, legitimando-se tecnicamente, e atendendo às exigências da sociedade por mais transparência e resultados decorrentes da alocação dos recursos públicos. Nesse sentido, o uso dos indicadores sociais com interesse programático os fez ganhar status de medidas-chave para a tomada de decisão pela Administração Pública. No entanto, para Januzzi (2002), a expectativa gerada em torno dos indicadores sociais nas décadas de 60 e 70 do século XX também gerou ceticismo e burocratizou o planejamento público. Porém, estes fatos foram superados com a criação dos sistemas de indicadores sociais na década de 80 (JANNUZZI, 2002). Um exemplo da utilização bem sucedida de indicadores foi a elaboração da Declaração do Milênio, em setembro de 2000, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) consolidou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com os quais 191 países-membros da ONU se comprometeram para buscar o desenvolvimento humano sustentável, envolvendo governos, setor privado e sociedade civil (MOREL, 2004).

Do ponto de vista metodológico, Costa e Castanhar (2003) definem três categorias de indicadores sociais: a) indicadores de resultado (que refletem os níveis de satisfação de necessidades básicas alcançadas); b) indicadores de insumo (referem-se aos meios e recursos disponíveis para se obter um determinado padrão de vida); e c) indicadores de acesso (que sugerem os determinantes que permitem tornar efetiva ou não a utilização de recursos para atender necessidades estabelecidas). No presente artigo foram utilizados indicadores nas categorias de resultado, insumo e acesso, contemplando as áreas de qualidade de vida, saúde, renda, educação e gênero.

CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

O artigo utiliza procedimentos exploratórios de natureza quantitativa e qualitativa, com a coleta e análise de dados, além do levantamento bibliográfico, análise documental e consulta a grupos de trabalhos na internet, inserindo-se no contexto teórico-empírico, consubstanciado na análise teórica e na interpretação dos dados e fatos da realidade.

Os dados dos 184 (cento e oitenta e quatro) municípios do Estado do Ceará foram extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, elaborado a partir de resultados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2014).

A pesquisa teórica consistiu no levantamento bibliográfico, abrangendo os temas relacionados à responsabilidade social empresarial (RSE) ou corporativa (RSC) e ao *corporate social responsibility* (CSR), ao investimento social privado (ISP), além de aspectos relacionados aos indicadores sociais.

ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÃO DE PEARSON (r)

A análise quantitativa abrange a estatística descritiva das variáveis, com as medidas centrais, a variabilidade, bem como os valores mínimos e máximos (MORETTI; CAMPANARIO, 2009). A média aritmética e o desvio-padrão de cada variável foram apurados em cada ano, abrangendo os 184 municípios.

O coeficiente de correlação de Pearson (r) consiste na associação de duas variáveis pelo compartilhamento de variância. O modelo linear supõe que o aumento ou a redução de

uma unidade na variável X produz o mesmo impacto na variável Y (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010). A correlação de Pearson (r) varia de -1 a 1, sendo maior a força da relação entre as variáveis, quanto mais próximo o valor estiver da unidade, independente do sinal.

A análise da correlação de Pearson (r) entre as variáveis buscou identificar as correlações fortes, considerando-se os valores entre 0,70 até 1 positivo ou negativo:

A correlação ou associação representada pelo coeficiente de correlação mede o forçado relacionamento ou grau de associação entre duas variáveis. Duas variáveis são altamente correlacionadas se as mudanças ocorridas em uma delas estiverem fortemente associadas com as mudanças ocorridas na outra. O coeficiente de correlação varia de -1 a +1. Quanto mais próximo de -1 ou de +1, maior o grau de associação; e quanto mais próximo de zero, menor. Quando a correlação atinge -1, é denominada correlação negativa perfeita – as variáveis estão perfeitamente associadas -; entretanto, à medida que uma delas aumenta a outra diminui (CORRAR *et al.*, 2009, p.140).

Portanto, a análise dos dados com base na correlação de Pearson (r), mensura somente o grau de associação entre as variáveis, indicando o possível relacionamento ou não.

VARIÁVEIS DA PESQUISA

Para a definição das variáveis foram considerados os indicadores que aferem objetivamente aspectos das condições de vida da população dos municípios cearenses, considerando as áreas temáticas relativas à qualidade de vida, saúde, renda, educação e gênero, marcando o tipo (Insumo – I; Acesso – A; Resultado – R), conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Variáveis selecionadas

Variável/Tipo	Descrição	Área
IDHM (R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.	Qualidade de vida
ESPVIDA (R)	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.	Saúde
MORT1 (R)	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.	Saúde
MORT5 (R)	Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.	Saúde
T_ANALF18M (A)	Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.	Educação
E_ANOESTUDO (A)	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.	Educação
RDPC (I)	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.	Renda
GINI (R)	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima	Renda

T_AGUA (A)	(apenas um indivíduo detém toda a renda).O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água canalizada para um ou mais cômodos e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa.	Saneamento
T_BANAGUA (A)	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro exclusivo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa. Banheiro exclusivo é definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.	Saneamento
T_LIXO (A)	Razão entre a população que vive em domicílios com coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes localizados em área urbana.	Saneamento
T_MULCHEFEFIF014 (A)	Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos 1 filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio e o número total de mulheres chefes de família multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.	Gênero

(R) Indicadores de Resultado; (A) Indicadores de Acesso; (I) Indicadores de insumo (DA COSTA; CASTANHAR, 2003).

Fonte: PNUD, 2013.

Os dados disponíveis abrangem 184 municípios do Estado do Ceará, em três períodos de tempo, 1991, 2000 e 2010, totalizando 552 observações.

Para a obtenção dos resultados estatísticos utilizou-se os softwares Microsoft Excel e SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise de correlação de Pearson (r) entre as variáveis busca estabelecer as bases para a elaboração de um modelo que identifique as lacunas e as oportunidades que podem potencializar o ISP.

O resultado das correlações de Pearson (r) entre as variáveis selecionadas está apresentado na Tabela 2, com destaque para as correlações fortes com significância maior que 99% (p-valor<0,01).

Tabela 2 – Correlação de Pearson (r)

	IDHM	ESPVIDA	MORT1	MORT5	T_ANALF18M	E_ANOSESTUDO	RDPC	GINI	T_AGUA	T_BANAGUA	T_LIXO	T_MULCHEFEFIF014
IDHM	1											
ESPVIDA	,919**	1										
	,000											
MORT1	-,920**	-,994**	1									
	,000	0,000										
MORT5	-,933**	-,990**	,998**	1								
	,000	0,000	0,000									
T_ANALF18M	-,902**	-,822**	,809**	,810**	1							
	,000	,000	,000	,000								
E_ANOSESTUDO	,931**	,860**	-,860**	-,873**	-,820**	1						
	,000	,000	,000	,000	,000							
RDPC	,851**	,744**	-,741**	-,749**	-,828**	,725**	1					
	,000	,000	,000	,000	,000	,000						
GINI	,011	,040	-,008	,006	-,007	,041	,005	1				
	,801	,351	,852	,896	,875	,338	,899					
T_AGUA	,907**	,815**	-,824**	-,840**	-,814**	,826**	,815**	-,034	1			
	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,426				
T_BANAGUA	,889**	,787**	-,799**	-,814**	-,814**	,790**	,853**	-,116**	,953**	1		
	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,006	,000			
T_LIXO	,836**	,794**	-,792**	-,799**	-,772**	,791**	,681**	,101*	,774**	,756**	1	
	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,018	,000	,000		
T_MULCHEFEFIF014	,614**	,559**	-,579**	-,601**	-,495**	,593**	,457**	-,086*	,590**	,543**	,497**	1
	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,043	,000	,000	,000	

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

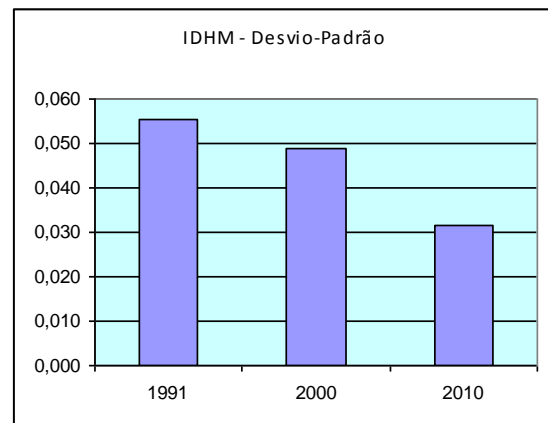
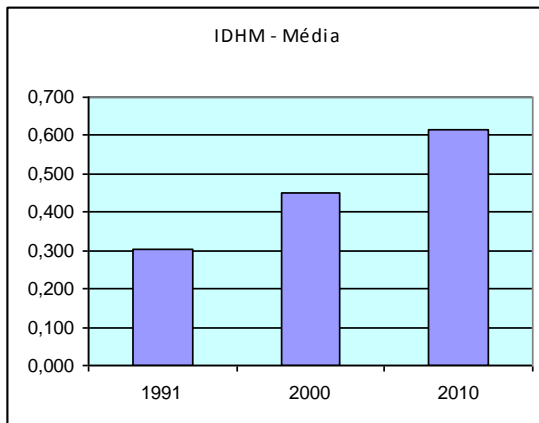
Fonte: Elaboração dos autores.

A variação dos indicadores sociais dos municípios cearenses no período de 1991 a 2010 aponta para avanços em termos de qualidade de vida ao longo dessas duas últimas décadas. As variáveis dos municípios cearenses que tiveram aumento positivo da média foram aquelas relativas ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), à esperança de vida (ESPVIDA), à expectativa de anos de estudo (E_ANOSESTUDO), à renda per capita (RDPC), aos domicílios com água encanada (T_AGUA), aos domicílios com banheiro (T_BANAGUA), aos domicílios com coleta de lixo (T_LIXO) e às mulheres chefes de família (T_MULCHEFEFIF014).

No sentido contrário, as variáveis de mortalidade infantil (MORT1) e na infância (MORT5) e o analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M) tiveram redução média no período de 1991 a 2010. Já a variável que mede a desigualdade (GINI) oscilou positivamente no período de 1991 a 2000, no sentido do aumento da desigualdade, reduzindo na década seguinte.

A média de IDHM dos municípios do Estado do Ceará em 1991 era de 0,304 (Muito Baixo), com desvio-padrão de 0,055, evoluindo para 0,617 (Médio), com desvio-padrão de 0,032 em 2010, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Média e Desvio-Padrão do IDHM

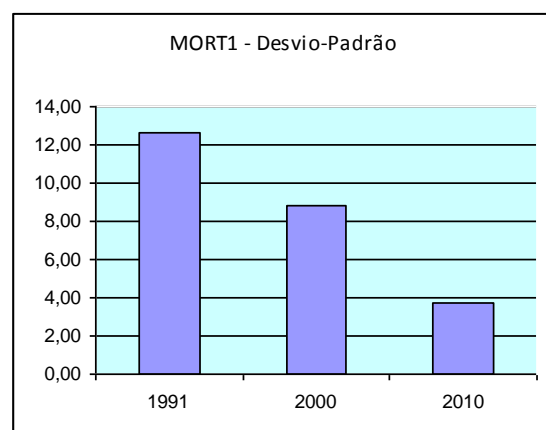
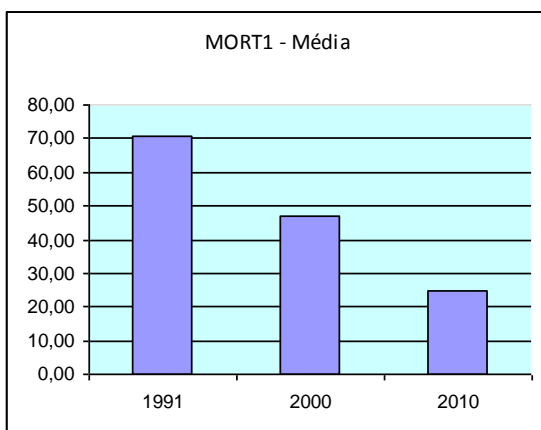


Fonte: PNUD, 2013.

O comportamento do indicador aponta para a melhoria nas condições de renda, longevidade e educação, além da redução da dispersão entre os municípios.

Já a estatística descritiva da mortalidade de crianças até um ano (MORT1), no período de 1991 a 2010, teve uma queda substancial, com variação da média de 70,66 por mil nascidos vivos, com desvio-padrão de 12,65, passando para 24,7 por mil nascidos vivos, com desvio-padrão de 3,74, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Média e Desvio-Padrão da mortalidade infantil (MORT1)



Fonte: PNUD, 2013.

O comportamento do indicador também aponta para a melhoria nas condições de saúde, seguindo a tendência de redução da dispersão entre os municípios. As demais variáveis selecionadas apresentaram comportamentos positivos para a melhoria da qualidade de vida no período de 1991 a 2010, o que sugere efetividade das políticas públicas adotadas.

No que tange à correlação de Pearson (r), do total de 66 correlações entre as variáveis, foram identificadas 44 correlações fortes (maiores que +0,70 ou -0,70), representando 66,7%.

O desenvolvimento humano municipal (IDHM) apresenta correlação positiva com as variáveis de esperança de vida (ESPVIDA), anos de estudo (E_ANOESTUDO), renda domiciliar per capita (RDPC), residências com água (T_AGUA), residências com banheiros (T_BANAGUA) e residências com coleta de lixo (T_LIXO). Por outro lado, correlaciona-se negativamente com a mortalidade infantil (MORT1) e na infância (MORT5) e com o analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M).

A esperança de vida (ESPVIDA) possui correlação positiva forte com as variáveis de anos de estudo (E_ANOESTUDO), renda domiciliar per capita (RDPC), residências com água (T_AGUA), com banheiros (T_BANAGUA) e coleta de lixo (T_LIXO). Também possui

correlação negativa com a mortalidade infantil (MORT1) e na infância (MORT5) e com o analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M).

A mortalidade de crianças até um ano de idade (MORT1) e até cinco anos (MORT5), além do analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M) possuem correlação positiva forte entre eles e negativa com as demais variáveis, sendo significativas e fortes com as variáveis de desenvolvimento humano municipal (IDHM), esperança de vida (ESPVIDA), anos de estudo (E_ANOESTUDO), renda per capita (RDPC), residências com água (T_AGUA), banheiro (T_BANAGUA) e coleta de lixo (T_LIXO).

O aumento dos anos de estudo (E_ANOESTUDO) possui correlação positiva forte com o desenvolvimento humano municipal (IDHM), com a esperança de vida (ESPVIDA), renda domiciliar per capita (RDPC), residências com água (T_AGUA), com banheiros (T_BANAGUA) e com coleta de lixo (T_LIXO).

A renda domiciliar per capita (RDPC) possui correlação positiva forte com as variáveis de desenvolvimento humano municipal (IDHM), esperança de vida (ESPVIDA), anos de estudo (E_ANOESTUDO), residências com água (T_AGUA) e com banheiro (T_BANAGUA). Possui correlação negativa forte com a mortalidade infantil (MORT1) e na infância (MORT5) e com o analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M).

As variáveis relativas às condições de saneamento domiciliar, de água encanada (T_AGUA) e com banheiros (T_BANAGUA), possuem correlação positiva forte entre si e com o desenvolvimento humano (IDHM), esperança de vida (ESPVIDA), anos de estudo (E_ANOESTUDO), renda domiciliar per capita (RDPC) e domicílios com coleta de lixo (T_LIXO). A correlação é negativa com a mortalidade infantil (MORT1) e na infância (MORT5) e com o analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M).

Em relação às residências com coleta de lixo (T_LIXO), a variável possui correlação positiva forte com o desenvolvimento humano (IDHM), esperança de vida (ESPVIDA), anos de estudo (E_ANOESTUDO), residências com água (T_AGUA) e com banheiros (T_BANAGUA). A correlação é negativa com a mortalidade infantil (MORT1) e na infância (MORT5) e com o analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M).

Não se identificou correlação forte entre as variáveis com os indicadores de desigualdade (GINI) e de mulheres chefes de família (T_MULCHEFIF014).

Assim, as correlações positivas fortes de coeficiente acima de 0,9 ocorreram entre: mortalidade infantil (MORT1) e a mortalidade na infância (MORT5), 0,998; entre residências com água (T_AGUA) e residências com banheiro (T_BANAGUA), 0,953; desenvolvimento humano municipal (IDHM) e anos de estudo (E_ANOESTUDO), 0,931; desenvolvimento humano municipal (IDHM) e esperança de vida (ESPVIDA), 0,919; desenvolvimento humano municipal (IDHM) e residências com água (T_AGUA), 0,907.

No entanto, algumas variáveis possuem relação direta em virtude da temática, como a mortalidade infantil (MORT1) e na infância (MORT5) com a esperança de vida (ESPVIDA); as residências com água (T_AGUA) e com banheiro (T_BANAGUA); o analfabetismo acima de 18 anos (T_ANALF18M) e os anos de estudo (E_ANOESTUDO). Além disso, os indicadores compostos, como o desenvolvimento humano municipal (IDHM) que utiliza dados da renda domiciliar per capita (RDPC), da esperança de vida (ESPVIDA) e da taxa de alfabetização (T_ANALF18M).

Assim, embora a correlação de Pearson (r) entre duas variáveis não apresente uma relação de causalidade, descartando os casos de relação direta por tema e dos componentes de indicadores compostos é possível identificar tendências diretas ou inversas, considerando a natureza do indicador, conforme as Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Análise de tendência da correlação direta entre variáveis

Correlação de Pearson (r)	Indicador de Insumo	Indicador de Acesso	Indicador de Resultado
0,907		T_AGUA	IDHM
0,889		T_BANAGUA	IDHM
0,860		E_ANOESTUDO	ESPVIDA
0,853	RDPC	T_BANAGUA	
0,836		T_LIXO	IDHM
0,826		E_ANOESTUDO, T_AGUA	
0,815		T_AGUA	ESPVIDA
0,815	RDPC	T_AGUA	
0,810		T_ANALF18M	MORT5
0,809		T_ANALF18M	MORT1
0,794		T_LIXO	ESPVIDA
0,791		E_ANOESTUDO, T_LIXO	
0,790		E_ANOESTUDO, T_BANAGUA	
0,787		T_BANAGUA	ESPVIDA
0,774		T_AGUA, T_LIXO	
0,756		T_BANAGUA, T_LIXO	
0,744	RDPC		ESPVIDA
0,725	RDPC	E_ANOESTUDO	

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir da análise da correlação direta entre as variáveis da Tabela 3, verificaram-se relações fortes entre os indicadores de insumo, de acesso e de resultados. Os indicadores de acesso às condições de saneamento de domicílios com água, banheiro e coleta de lixo, possuem correlação positiva forte com o desenvolvimento humano municipal.

Os indicadores de acesso anos de estudo, água encanada, coleta de lixo e residências com banheiro, assim como o indicador de renda domiciliar per capita, possuem correlação positiva forte com a esperança de vida.

Já o indicador de analfabetismo acima de 18 anos possui correlação positiva forte com a mortalidade infantil e na infância.

O indicador de renda domiciliar per capita possui correlação positiva forte com as variáveis de acesso de saneamento de água encanada e banheiros, e com os anos de estudo. Esta última correlaciona-se ainda com variáveis de saneamento de água encanada, coleta de lixo e domicílios com banheiro. Identificou-se ainda correlação positiva forte entre as variáveis de domicílios com banheiro e com coleta de lixo.

Assim, conhecendo os problemas a serem tratados é possível estabelecer focos e critérios objetivos para o planejamento da atuação empresarial em ISP (MACKE; CARRION; DILLY, 2010), tendo como oportunidades propostas:

Oportunidade 1: desenvolvimento de ações para a garantia de acesso à infraestrutura de saneamento residencial, tanto para a criação de condições para a ligação de água, construção de banheiro ou soluções para a coleta de lixo.

Oportunidade 2: desenvolvimento de ações de educação, com foco para a redução do analfabetismo e para o estímulo ao aumento do número de anos de estudo.

Tabela 4 – Análise de tendência da correlação inversa entre variáveis

Correlação de Pearson (r)	Indicador de Insumo	Indicador de Acesso	Indicador de Resultado
-0,873		E_ANOESTUDO	MORT5
-0,860		E_ANOESTUDO	MORT1
-0,840		T_AGUA	MORT5
-0,828	RDPC	T_ANALF18M	
-0,824		T_AGUA	MORT1
-0,822		T_ANALF18M	ESPVIDA
-0,814		T_BANAGUA	MORT5
-0,814		T_ANALF18M, T_AGUA	
-0,814		T_ANALF18M, T_BANAGUA	
-0,799		T_BANAGUA	MORT1
-0,799		T_LIXO	MORT5
-0,792		T_LIXO	MORT1
-0,772		T_ANALF18M, T_LIXO	
-0,749	RDPC		MORT5
-0,741	RDPC		MORT1

Fonte: Elaboração dos autores.

A análise da correlação inversa entre as variáveis da Tabela 4 também aponta para relações fortes entre os indicadores de insumo, de acesso e de resultados. Neste caso, o aumento de uma variável possui correlação forte com a diminuição da outra e vice-versa. Os indicadores de acesso de anos de estudo, de residências com água encanada, banheiro e coleta de lixo possuem correlação negativa forte com a mortalidade infantil e na infância.

O indicador de analfabetismo acima de 18 anos possui correlação inversa com os resultados da esperança de vida. O indicador de insumo de renda domiciliar per capita possui correlação negativa com o analfabetismo acima de 18 anos, com a mortalidade infantil e na infância.

Além disso, evidenciou-se a correlação negativa entre os indicadores de acesso de infraestrutura e saneamento, para residências com água encanada, banheiro e coleta de lixo em relação ao analfabetismo acima de 18 anos.

Mais uma vez, conforme já identificado na análise da Tabela 3, a Tabela 4 reforça a importância de foco nas ações de educação e infraestrutura de saneamento, confirmando as oportunidades de ISP 1 e 2.

CONCLUSÃO

O planejamento de ações no campo social exige a definição de critérios objetivos que visem ao resultado efetivo. Neste sentido, os governos, na condição de responsáveis históricos pela atuação na esfera social têm utilizado métricas elaboradas a partir de indicadores sociais,

produzidos com base em dados e informações obtidos de agências especializadas, tendo obtido resultados expressivos, conforme a comparação dos dados dos censos dos municípios cearenses de 1991, 2000 e 2010.

No entanto, a vertente da prática empresarial que atua com o investimento social privado (ISP) tem avançado, com foco na contribuição para a sociedade. Neste sentido, a pergunta da pesquisa residiu na possibilidade de serem definidas oportunidades efetivas para o ISP, com base em dados do Estado do Ceará, apontando para duas situações prioritárias: 1. desenvolvimento de ações para a garantia de acesso à infraestrutura de saneamento residencial, tanto para a criação de condições para a ligação de água, construção de banheiro ou soluções para a coleta de lixo; 2. desenvolvimento de ações de educação, com foco para a redução do analfabetismo e para o estímulo ao aumento do número de anos de estudo.

Utilizando os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1991, 2000 e 2010 para os municípios do Estado do Ceará, foi possível definir um conjunto de variáveis municipais para que as empresas identifiquem os indicadores sociais e os fatores críticos que mais impactam a efetividade do ISP.

Os resultados da pesquisa permitem planejar as ações sociais corporativas, com a definição dos locais e dos problemas a serem tratados (MACKE; CARRION; DILLY, 2010), priorizando o direcionamento de recursos para as ações potencialmente efetivas, minimizando a pulverização de investimentos que prejudicam “a sustentabilidade das práticas e das soluções” (NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009, p. 12).

A limitação da pesquisa decorre da não realização de análise multivariada, com o objetivo de identificar as variáveis que mais impactam nos resultados dos indicadores sociais. No entanto, conforme estabelecido no objetivo geral, as variáveis selecionadas podem se constituir em bases para a construção de um modelo de análise multivariada.

Ademais, o estudo pode ser realizado com municípios de outros estados da Federação, permitindo conhecer as prioridades de acordo com a região, estado ou município.

REFERÊNCIAS

- BORBA, P. DA R. F. et al. Monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais—desenvolvimento de um plano de avaliação. CEP, v. 5413, 2003.
- BORGER, F. G. Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2001.
- CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. Tempo social, v. 12, n. 2, p. 237–255, 2000.
- CARROLL, A. B. Corporate Social Responsibility Evolution of a Definitional Construct. Business & Society, v. 38, n. 3, p. 268–295, 9 jan. 1999.
- CHIANCA, T.; MARINO, E.; SCHIESARI, L. Avaliando programas sociais: conceitos, princípios e práticas. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. São Paulo: Global, 2001.
- COELHO, M. Q.; GONÇALVES, C. A. Uma proposta de avaliação para o investimento social privado. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 1, n. 2, 2007.
- CORRAR, L. J., PAULO, E., DIAS FILHO, J. M. Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- DA COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. RAC. Revista de Administração Contemporânea, n. 2, p. 179–197, 2011.
- DA COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. RAP Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969–92, 2003.

DE CARVALHO CORADINE, L. M. L.; LACHTERMACHER, G.; DE SOUZA COELHO, P. S. Determinação de fatores críticos para o IDH-M a partir de técnicas de mineração de dados. ago. 2007.

DE MENEZES, F. R. et al. Responsabilidade social corporativa: uma meta-análise de periódicos nacionais e eventos da ANPAD. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 8, 2011.

FERREIRA, A. B. DE H. Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.0. Curitiba: Positivo, v. 1, 2004.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). Revista Política Hoje, v. 18, n. 1, 2010.

FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. [s.l.] Springer, 2007.

GARRIGA, E.; MELÉ, D. Corporate social responsibility theories: Mapping the territory. Journal of business ethics, v. 53, n. 1-2, p. 51–71, 2004.

IPECE. IPECE Informe, n. 4, abr. 2011.

JANNUZZI, P. DE M. Repensando a prática de uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. _____. Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Anablume, Fapesp, p. 53–71, 2002.

MACKE, J.; CARRION, R. M.; DILLY, E. K. Programas sociais corporativos e capital social: proposta de qualificação. Revista de Administração Contemporânea (RAC), Curitiba, v. 14, n. 5, p. 836–853, 2010.

MARINO, E. Diretrizes para avaliação de projetos e programas de investimento social privado. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2003.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidência. Revista Contabilidade & Finanças, v. 19, n. 47, p. 89–101, 2008.

MONTIEL, I. Corporate Social Responsibility and Corporate Sustainability: Separate Pasts, Common Futures. Organization & Environment, v. 21, n. 3, p. 245–269, 1 set. 2008.

MOREL, C. M. A pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais. Ciência & saúde coletiva, v. 9, n. 2, p. 261–270, 2004.

MORETTI, S. L. DO A.; CAMPANARIO, M. DE A. A Produção Intelectual Brasileira em Responsabilidade Social Empresarial Empresarial–RSE sob a Ótica da Bibliometria RSE sob a Ótica da Bibliometria RSE sob a Ótica da Bibliometria. 2009.

NOGUEIRA, F. DO A.; SCHOMMER, P. C. Quinze anos de investimento social privado no Brasil: conceito e práticas em construção. Anais do XXXIII Encontro da Anpad, 2009.

PELIANO, A. M. M.; BEGHIN, N. A iniciativa privada e o espírito público. IPEA. Brasília, v. 2, 2000.

PELIANO, A. M. T. M. Bondade ou interesse?: como e por que as empresas atuam na área social. 2001.

PELIANO, A. M. T. M.; BEGHIN, N.; PINHEIRO, L. A iniciativa privada e o espírito público: a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília: Ipea, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. Revista de Administração de Empresas, p. 21–27, 1977.

SCHOMMER, P. C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. Organizações e sociedade, 2000.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Análise de políticas públicas: o caso do Projeto Microbacias 1. 2008.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. [s.l.] FGV Editora, 2005.

ZINGANO, E. D. A internacionalização de investimentos sociais privados corporativos: uma análise de práticas de empresas multinacionais brasileiras. 2014.